

Águas de Timon Saneamento S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e
2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Águas de Timon Saneamento S.A.
Timon - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Timon Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Timon Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel A. da S. Fukumori'.

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Timon Saneamento S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	138	95	Fornecedores e empreiteiros	10	2.385	1.747
Aplicações financeiras	5	5.354	30.343	Debêntures	11	964	1.278
Contas a receber de clientes	6	4.068	3.360	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.008	698
Estoques		672	479	Obrigações fiscais		182	433
Ativo fiscal corrente		270	26	Outras contas a pagar	13	535	10.589
Adiantamento a fornecedores	7	3.234	352				
Outros créditos		125	18	Total do passivo circulante		5.074	14.745
Total do ativo circulante		13.861	34.673				
				Debêntures	11	55.263	54.034
Contas a receber de clientes	6	427	-	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	13.792	-
Ativo fiscal diferido	20	5.020	1.898	Provisões para contingências	14	25	-
				Outras contas a pagar	13	5.304	9.762
Total do realizável a longo prazo		5.447	1.898	Total do passivo não circulante		74.384	63.796
Intangível	9	59.957	39.806	Patrimônio líquido	15		
Total do ativo não circulante		65.404	41.704	Capital social		10.573	1.773
				Prejuízos acumulados		(10.766)	(3.937)
				Patrimônio líquido		(193)	(2.164)
				Total do passivo		79.458	78.541
Total do ativo		79.265	76.377	Total do passivo e patrimônio líquido		79.265	76.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	46.079	15.394
Custos dos serviços prestados	17	<u>(40.073)</u>	<u>(13.652)</u>
Lucro bruto		<u>6.006</u>	<u>1.742</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	18	(9.511)	(6.292)
Outras receitas operacionais		<u>148</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(3.357)</u>	<u>(4.550)</u>
Receitas financeiras	19	2.115	398
Despesas financeiras	19	<u>(8.709)</u>	<u>(1.683)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(6.594)</u>	<u>(1.285)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(9.951)</u>	<u>(5.835)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>3.122</u>	<u>1.898</u>
Prejuízo do exercício/período		<u><u>(6.829)</u></u>	<u><u>(3.937)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício/período	<u>(6.829)</u>	<u>(3.937)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.829)</u></u>	<u><u>(3.937)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 21 de janeiro de 2015 (data da constituição)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de capital social	15	918	-	918
Aumento de capital social	15	855	-	855
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(3.937)</u>	<u>(3.937)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>1.773</u>	<u>(3.937)</u>	<u>(2.164)</u>
Aumento de capital social	15	8.800	-	8.800
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(6.829)</u>	<u>(6.829)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u><u>10.573</u></u>	<u><u>(10.766)</u></u>	<u><u>(193)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(9.951)	(5.835)
Ajustes para:		
Amortização	1.629	598
Resultado na baixa de intangível	4.304	-
Juros sobre debêntures	7.241	1.470
Amortização do custo de captação	379	-
Juros sobre aplicações financeiras	(1.728)	(342)
Ajuste a valor presente de clientes	92	-
Provisão para contingências	25	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	639	1.518
Baixa de títulos do contas a receber	1.870	-
	<u>4.500</u>	<u>(2.591)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.736)	(4.878)
Estoques	(193)	(479)
Ativo fiscal corrente	26	(26)
Adiantamento a fornecedores	(2.882)	(352)
Outros créditos	(107)	(18)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	638	1.747
Obrigações trabalhistas e sociais	310	698
Obrigações fiscais	(251)	433
Outras contas a pagar	(14.512)	20.351
Juros pagos	<u>(7.786)</u>	<u>(1.893)</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(23.993)</u>	<u>12.992</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	26.447	(30.001)
Aquisição de intangível	<u>(25.003)</u>	<u>(40.280)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimento	<u>1.444</u>	<u>(70.281)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	-	63.111
Debêntures pagas	-	(7.500)
Conta corrente líquida partes relacionadas	22.592	-
Integralização de capital social	-	918
Aumento de capital social	<u>-</u>	<u>855</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>22.592</u>	<u>57.384</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>43</u>	<u>95</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	95	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>138</u>	<u>95</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>43</u>	<u>95</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Timon Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de Timon, Maranhão. A Companhia foi constituída em 21 de janeiro de 2015 com a denominação de Águas de Timon Saneamento Ltda. Em 30 de junho de 2015, houve a transformação de sociedade limitada para sociedade por ações e alteração da razão social para a atual. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em maio de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura Municipal de Timon, obtido mediante participação de concorrência pública nº 004/2014 e processo licitatório nº 036/2014 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e outras disposições, outorgados pelo município de Timon, Estado do Maranhão, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 206.583, dos quais faltam realizar R\$ 173.197, em valores históricos.

Os principais marcos contratuais assumidos são: (i) cobertura da rede de distribuição de 100% de água potável a partir de 2016; (ii) atingir 20% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2018, em 2019 atingir 40%, 2020 atingir 50%, 2021 atingir 60% mantendo até o ano de 2022, 2023 atingir 80%, 2024 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão.

Considerando o processo natural de maturidade do negócio e de suas operações, a Companhia encerrou seus resultados em 31 de dezembro de 2016 com prejuízo acumulado superior ao seu capital social em R\$ 193. A Companhia possui o nível necessário de apoio financeiro de sua controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A. para que possa continuar com suas operações e cumprir suas obrigações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de março de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente .

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Intangível em andamento;

São custos diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados das debêntures.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 e com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e debêntures. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos das debêntures

Os custos da debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos das debêntures emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros / CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes / CPC 47	Refere-se à convergência do IASB (<i>“International Accounting Standards Board”</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Empresa iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu o pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada desse IFRS 16 - Arredamento não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2016	2015
Bancos conta movimento	138	95
	<u>138</u>	<u>95</u>

Os saldos de bancos conta movimento compreende basicamente em depósitos bancários disponíveis.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2016	2015
Aplicações pós-fixadas	98,1% a 107% do CDI	Outubro/17	5.203	30.343
Fundo de Investimento Safira	101,12% a 102,42% do CDI	Indeterminado	151	-
			<u>5.354</u>	<u>30.343</u>

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Faturamento de serviços de água	5.454	3.777
Receita a faturar de serviço de água	975	1.101
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.934)	(1.518)
	<u>4.495</u>	<u>3.360</u>
Circulante	4.068	3.360
Não circulante	427	-

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era conforme segue:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos até 180 dias	Total em 2016
Residencial	1.487	2.119	3.606
Comercial	61	89	150
Setor público	48	155	203
Subtotal consumidores	<u>1.596</u>	<u>2.363</u>	<u>3.959</u>
Renegociações (i)	<u>1.267</u>	<u>228</u>	<u>1.495</u>
	<u>2.863</u>	<u>2.591</u>	<u>5.454</u>

Classe de consumidor	Saldos vencidos				Total em 2015
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Residencial	989	2.227	215	2.442	3.431
Comercial	43	88	4	92	135
Setor público	29	38	4	42	71
Subtotal consumidores	<u>1.061</u>	<u>2.353</u>	<u>223</u>	<u>2.576</u>	<u>3.637</u>
Renegociações (i)	<u>140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>140</u>
	<u>1.201</u>	<u>2.353</u>	<u>223</u>	<u>2.576</u>	<u>3.777</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2016 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 99 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2015) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 8,72% a.a. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 92 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Saldos a vencer	Saldos vencidos até 180 dias	Total em 2016
Residencial	(398)	(1.223)	(1.621)
Comercial	(17)	(47)	(64)
Setor público	(45)	(132)	(177)
Renegociações	<u>(15)</u>	<u>(57)</u>	<u>(72)</u>
	<u>(475)</u>	<u>(1.459)</u>	<u>(1.934)</u>

Classe de consumidor	Saldos vencidos				Total em 2015
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Residencial	(247)	(1.002)	(215)	(1.217)	(1.464)
Comercial	(2)	(22)	(4)	(26)	(28)
Setor público	<u>(8)</u>	<u>(14)</u>	<u>(4)</u>	<u>(18)</u>	<u>(26)</u>
	<u>(257)</u>	<u>(1.038)</u>	<u>(223)</u>	<u>(1.261)</u>	<u>(1.518)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Natureza	Saldo em 2015	(+ Adições	(-) Reversões	(-) Baixa de títulos	Saldo em 2016
Correntes	(1.518)	(1.871)	1.304	223	(1.862)
Renegociações	-	(72)	-	-	(72)
	<u>(1.518)</u>	<u>(1.943)</u>	<u>1.304</u>	<u>223</u>	<u>(1.934)</u>

Natureza	Saldo em 2014	(+ Adições	(-) Reversões	Saldo em 2015
Correntes	-	(1.518)	-	(1.518)
	<u>-</u>	<u>(1.518)</u>	<u>-</u>	<u>(1.518)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos a menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) baixadas como perda efetiva.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 223, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante e não circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 1.870.

7 Adiantamento a fornecedores

	2016	2015
Adiantamento a fornecedores de materiais	60	352
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	<u>3.174</u>	<u>-</u>
	<u>3.234</u>	<u>352</u>

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 914 (R\$ 342 em 31 de dezembro de 2015) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de

longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo naquela data, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2016	2015
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores (nota explicativa nº 7)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	3.174	-
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	2.921	2.000
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	-	134
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	89	24
	3.010	2.158
	6.184	2.158
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	21	-
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	52	58
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	15	30
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	42	38
	130	126
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	13.792	-
	13.922	126
Resultado do exercício		
Custo dos serviços prestados		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	184	93
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	770	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	192	119
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	151	114
	1.113	233
	1.297	326

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A., serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.

- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Refere-se a contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda.
- (d) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,4%	23.729	(1.306)	22.423	27.644
Instalações técnicas de saneamento	35	3,5%	8.751	(137)	8.614	4
Edificações de estações de tratamento	de 15 a 29	3,5%	22.768	(286)	22.482	6
Máquinas e equipamentos	de 03 a 29	9,5%	1.231	(89)	1.142	202
Outros componentes	de 03 a 29	10,1%	3.423	(177)	3.246	379
			59.902	(1.995)	57.907	28.235
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			1.957	-	1.957	6.423
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	5.000
			1.957	-	1.957	11.423
Software						
Licença de uso de software	3	33,3%	177	(84)	93	148
			177	(84)	93	148
			62.036	(2.079)	59.957	39.806

b. Movimentação do custo

Ativo	2015	2016			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	28.181	-	(4.452)	-	23.729
Instalações técnicas de saneamento	4	-	-	8.747	8.751
Edificações de estações de tratamento	6	-	-	22.762	22.768
Máquinas e equipamentos	220	350	-	661	1.231
Outros componentes	393	240	-	2.790	3.423
	28.804	590	(4.452)	34.960	59.902
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	6.423	30.494	-	(34.960)	1.957
Adiantamento a fornecedores	5.000	-	(5.000)	-	-
	11.423	30.494	(5.000)	(34.960)	1.957
Software					
Licença de uso de software	177	-	-	-	177
	177	-	-	-	177
	40.404	31.084	(9.452)	-	62.036

Ativo	2015		
	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de Concessão	28.181	-	28.181
Instalações técnicas de saneamento	4	-	4
Edificações de estações de tratamento	-	6	6
Máquinas e equipamentos	215	5	220
Outros componentes	391	2	393
	28.791	13	28.804
Intangível em andamento			
Intangível em andamento	6.436	(13)	6.423
Adiantamento a fornecedores	5.000	-	5.000
	11.436	(13)	11.423
Software			
Licença de uso de software	177	-	177
	177	-	177
	40.404	-	40.404

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	2016		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	(537)	(917)	148	(1.306)
Instalações técnicas de saneamento	-	(137)	-	(137)
Edificações de estações de tratamento	-	(286)	-	(286)
Máquinas e equipamentos	(18)	(71)	-	(89)
Outros componentes	(14)	(163)	-	(177)
	(569)	(1.574)	148	(1.995)
Software				
Licença de uso de software	(29)	(55)	-	(84)
	(29)	(55)	-	(84)
	(598)	(1.629)	148	(2.079)

Ativo	2015	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de Concessão	(537)	(537)
Máquinas e equipamentos	(18)	(18)
Outros componentes	(14)	(14)
	(569)	(569)
Software		
Licença de uso de software	(29)	(29)
	(29)	(29)
	(598)	(598)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre as debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados R\$ 1.081 a uma taxa média de 15,12% a.a. (R\$ 124 e 17,13% a.a. em 31 de dezembro de 2015) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

10 Fornecedores e empreiteiros

	2016	2015
Fornecedores de materiais e serviços	2.255	1.621
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	130	126
	2.385	1.747

11 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor Contratado	Valor Captado	2016	2015
Debêntures TR (ponte)	TR + 11,75% a.a.	Outubro/18	29.000	29.000	29.893	29.611
Debêntures CDI (ponte)	CDI + 2,00% a.a.	Outubro/18	26.000	26.000	26.334	25.701
					56.227	55.312
Circulante					964	1.278
Não circulante					55.263	54.034

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	2016	2015
2018	55.571	55.000
Custo de captação (não circulante)	(308)	(966)
Total	55.263	54.034

Durante o exercício de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 91 (R\$ 966 no exercício de 31 de dezembro de 2015). O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 678 (R\$ 966 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 27 de outubro de 2015, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 5.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 55.000. Estas debêntures têm vencimento em 27 de outubro de 2018, com amortização de principal feita em uma única parcela no vencimento.

A interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. prestou garantia fidejussória.

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes as debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e ordenados	43	27
Participação nos lucros	618	366
Provisão de férias	172	150
Encargos sociais	175	155
	1.008	698

13 Outras contas a pagar

	2016	2015
Direito de outorga a pagar (i)	3.500	17.052
Parcelamento Cemar (ii)	2.297	3.272
Agência de regulação	42	27
	5.839	20.351
Circulante	535	10.589
Não circulante	5.304	9.762

- (i) O saldo refere-se aos valores a pagar de outorga ao município de Timon - MA referente ao direito de exploração da infraestrutura da concessão, conforme edital de concorrência pública nº 004/2014, processo nº 036/2014 e contrato de concessão assinado em 30 de janeiro de 2015.

Em 28 de junho de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 004/2015, onde o Poder Concedente, por conta da assunção pela Companhia de obras de esgoto não previstas inicialmente, revogou as disposições relacionadas ao pagamento de Outorga previstos no Anexo IV, item 3, alíneas “a” e “b” do Edital de Concorrência nos valores de R\$ 2.732 e R\$ 820 respectivamente.

Os valores remanescentes, serão pagos em três parcelas iguais nos meses de fevereiro, março e abril de 2018 nos valores de R\$ 1.167, totalizando R\$ 3.500.

- (ii) O saldo refere-se a dívida assumida pela Companhia junto a Companhia Elétrica do Maranhão S.A. - Cemar, no momento do ganho da concessão conforme edital de concorrência. O débito foi parcelado com vencimentos fixos mensais até abril de 2022.

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

			2016	
Contingências trabalhistas			25	
			25	
			25	
Natureza	2015	Adições	Baixas	2016
Cível	-	7	(7)	-
Trabalhista	-	25	-	25
	-	32	(7)	25

a. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente a causas envolvendo pleitos de clientes acerca de reclamações alegando cobrança abusiva e corte indevido, em 31 de dezembro de 2016, totalizam R\$ 231 (zero em 31 de dezembro de 2015) e foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração.

b. Processos trabalhistas

Os processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2016, totalizam R\$ 24 (zero em 31 de dezembro 2015) e foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração.

Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com os processos classificados como possível dos itens “a” e “b”, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de janeiro de 2015 a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou o montante de R\$ 918 representado por 918.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de setembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., concede crédito de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no montante de R\$ 855, a ser integralizado em até 180 dias.

Em 30 de dezembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital social da Companhia através da capitalização dos créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no valor de R\$ 855, totalizando R\$ 1.773 de capital social representado por 1.773.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 21 de dezembro de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital da Companhia através da capitalização dos créditos existentes em contas correntes, no valor de R\$ 8.800 de capital social representado por 8.800.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os sócios e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2016	2015
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

16 Receita operacional líquida

	2016	2015
Serviços de abastecimento de água	17.189	10.721
Outros serviços indiretos de água	813	254
Receitas de construção	30.494	6.436
	<u>48.496</u>	<u>17.411</u>
(-) Cancelamentos	(828)	(1.104)
(-) Impostos sobre serviços	(1.589)	(913)
Total da receita operacional líquida	<u>46.079</u>	<u>15.394</u>

17 Custos dos serviços prestados

	2016	2015
Pessoal	(1.951)	(1.293)
Conservação e manutenção	(255)	(17)
Serviços de terceiros	(92)	(202)
Materiais, equipamentos e veículos	(98)	(444)
Amortização	(1.527)	(598)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	49	-
Custo de concessão	(394)	(154)
Custo de construção	(30.494)	(6.436)
Energia elétrica	(4.718)	(4.242)
Produtos químicos	(167)	(50)
Locação	(326)	(168)
Outros	(100)	(48)
	<u>(40.073)</u>	<u>(13.652)</u>

18 Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2016	2015
Pessoal	(2.865)	(2.443)
Conservação e manutenção	(76)	-
Serviços de terceiros	(1.524)	(628)
Materiais, equipamentos e veículos	(167)	(217)
Amortização	(102)	-
Energia elétrica	(13)	(9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(639)	(1.518)
Baixa de títulos do contas a receber	(1.870)	-
Seguros	(47)	(30)
Viagens e estadias	(288)	(318)
Provisão para contingências	(25)	-
Impostos taxas e contribuições	(232)	(23)
Locação	(473)	(357)
Publicidade e propaganda	(950)	(238)
Outras	(240)	(511)
	<u>(9.511)</u>	<u>(6.292)</u>

19 Despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	1.728	342
Juros e multa recebidos ou auferidos	382	56
Outras	5	-
Receitas financeiras	<u>2.115</u>	<u>398</u>
Juros sobre debêntures	(7.241)	(1.470)
Juros sobre atraso em pagamentos	(60)	(9)
Despesas com IOF	(15)	-
Descontos concedidos	(10)	-
Despesas e comissões bancárias	(379)	(178)
Ajuste a valor presente de clientes	(92)	(7)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(98)	(19)
Amortização dos custos atribuíveis sobre debêntures	(379)	-
Ajuste a valor presente de outorga	(435)	-
Despesas financeiras	<u>(8.709)</u>	<u>(1.683)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(6.594)</u>	<u>(1.285)</u>

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

	2016	2015
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(9.951)	(5.835)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>3.383</u>	<u>1.984</u>
Despesas indedutíveis	(261)	(86)
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	3.122	1.898
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>3.122</u>	<u>1.898</u>
Alíquota efetiva	<u>31%</u>	<u>33%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em têm a seguinte origem:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	658	440
Provisão para participação nos lucros	210	124
Provisão para contingências	9	-
Ajuste a valor presente de clientes	34	2
Ajuste a valor presente de outorga	148	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.595	1.395
Ativo fiscal diferido	<u>5.654</u>	<u>1.961</u>
Juros capitalizados no ativo intangível	(403)	(42)
Custo de captação em debêntures	(231)	(21)
Passivo fiscal diferido	<u>(634)</u>	<u>(63)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>5.020</u>	<u>1.898</u>

21 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da

Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 1.934, representando aproximadamente 20% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R\$ 1.518, representando aproximadamente 20% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	138	95
Aplicações financeiras	5.354	30.343
Contas a receber de clientes	4.495	3.360
Total	<u>9.987</u>	<u>33.798</u>

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fluxo financeiro - 2016							
	Valor	Fluxo de	Até 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 meses
	Contábil	caixa	meses	meses	meses	meses	em diante
		contratual					
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.385	2.385	2.385	-	-	-	-
Debêntures	56.227	69.800	7.332	62.468	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	13.792	13.792	-	-	-	-	13.792
Outras contas a pagar	5.839	5.839	535	3.960	429	398	517
	<u>78.243</u>	<u>91.816</u>	<u>10.252</u>	<u>66.428</u>	<u>429</u>	<u>398</u>	<u>14.309</u>
Fluxo financeiro - 2015							
	Valor	Fluxo de	Até 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 meses
	Contábil	caixa	meses	meses	meses	meses	em diante
		contratual					
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	1.747	1.747	1.747	-	-	-	-
Debêntures	55.312	82.881	8.807	9.536	64.538	-	-
Outras contas a pagar	20.351	20.351	10.589	4.010	4.010	510	1.232
	<u>77.410</u>	<u>104.979</u>	<u>21.143</u>	<u>13.546</u>	<u>68.548</u>	<u>510</u>	<u>1.232</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	<u>5.354</u>	<u>30.343</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Debêntures	<u>56.227</u>	<u>55.312</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2016	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	5.354	Variação do CDI	14,00%	750	938	1.125	563	375
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(26.334)	Variação do CDI	14,00%	(3.687)	(4.609)	(5.531)	(2.765)	(1.844)
Debêntures	(29.893)	Variação do TR	2,01%	(601)	(751)	(902)	(451)	(301)
1 + 2				<u>(3.538)</u>	<u>(4.422)</u>	<u>(5.308)</u>	<u>(2.653)</u>	<u>(1.770)</u>

Controladora				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2015	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	30.343	Variação do CDI	13,24%	4.017	5.021	6.026	3.013	2.009
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(25.701)	Variação do CDI	13,24%	(3.403)	(4.254)	(5.105)	(2.552)	(1.702)
Debêntures	(29.611)	Variação do TR	1,25%	(370)	(463)	(555)	(278)	(185)
1 + 2				<u>244</u>	<u>304</u>	<u>366</u>	<u>183</u>	<u>122</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	138	-	138
Aplicações financeiras	5	5.354	-	-	5.354
Contas a receber de clientes	6	-	4.495	-	4.495
Total		<u>5.354</u>	<u>4.633</u>	<u>-</u>	<u>9.987</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	2.385	2.385
Debêntures	11	-	-	56.227	56.227
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	13.792	13.792
Outras contas a pagar	13	-	-	5.839	5.839
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.243</u>	<u>78.243</u>

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	95	-	95
Aplicações financeiras	5	30.343	-	-	30.343
Contas a receber de clientes	6	-	3.360	-	3.360
Total		<u>30.343</u>	<u>3.455</u>	<u>-</u>	<u>33.798</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	1.747	1.747
Debêntures	11	-	-	55.312	55.312
Outras contas a pagar	13	-	-	20.351	20.351
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.410</u>	<u>77.410</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo das debêntures é demonstrado abaixo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	56.905	64.352	55.312	67.195

Os valores justos de debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo das debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia deverá efetuar os pagamentos relativo a outorga da concessão conforme valores e condições mencionados na nota explicativa nº 13 - Outras contas a pagar.

A Companhia também possui compromisso mensal referente à taxa de regulação que corresponde a 3% da arrecadação mensal deduzida dos tributos sobre o faturamento.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
CRC MS-010387/O-5S MT